

**“Vem, vamos embora que esperar não é saber”:
As reformas educacionais do governo militar
brasileiro (1964-1985)**

**“Venga, vamos, esperar no es saber”:
Las reformas educativas del gobierno militar
brasileño (1964-1985)**

*“Come on, let’s go, waiting is not knowing”:
The educational reforms of the Brazilian military
government (1964-1985)*

ANDREIA KELLY ARAÚJO DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

andrea.silva.012@ufrn.edu.br

ORCID ID:0000-0003-0591-5464

CIBELE LUCENA DE ALMEIDA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

cibelelucena@ufrn.nei.br

ORCID ID: 0000-0002-6438-3843

ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

eldasnmelo@hotmail.br

ORCID ID: 0000-0001-5146-4479

MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

stamattoines@gmail.com

ORCID ID: 0000-0002-7486-9951

SHEYLA CHARLYSE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

charlyseoliveira@yahoo.com.br

ORCID ID: 0009-0005-9763-9015

Resumo: O presente artigo objetiva refletir sobre a educação brasileira relativa ao período do Governo Militar de 1964 a 1985. Assim, apresenta uma análise histórica e sociológica da época em que o Brasil foi governado por presidentes militares e a repercussão desse regime para a educação básica (ensinos primário, secundário e profissionalizante) e a educação superior brasileira. Para a concretização do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, utilizando-se como procedimentos para a construção de dados, a análise documental e o registro em diário de pesquisa. Tomou-se como referencial teórico as discussões de Beltrán e Hernández (2012), Germano (1993) e Saviani (2008). Os resultados da investigação indicam que a ênfase esteve nas reformas do ensino superior e da educação primária, principalmente no que se refere à desqualificação da escola pública, ao favorecimento do setor privado, ao ensino profissionalizante, ao rompimento com a educação regional e popular (exílio de Paulo Freire), à inspiração nos princípios da produtividade, dentre outros. Desse modo, a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; o favorecimento da privatização do ensino; a implantação de uma estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência e a institucionalização da pós-graduação são aspectos de destaque na educação no período da ditadura e permitem uma noção a respeito do que foi feito à época do governo militar e a forma como isso reverberou hodiernamente. Possibilita, assim, a compreensão de muitas questões que foram e ainda são enfrentadas pela educação contemporânea no Brasil e no mundo.

Palavras-chaves: Educação brasileira; Reformas educacionais; Governo Militar; Ditadura; Educação Básica e Superior.

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la educación brasileña durante el período del gobierno militar, de 1964 a 1985. Presenta un análisis histórico y sociológico del período en que Brasil fue gobernado por presidentes militares y las repercusiones de este régimen en la educación básica (enseñanza primaria, secundaria y profesional) y en la enseñanza superior brasileña. Para llevar a cabo el estudio, se realizó un estudio bibliográfico cualitativo, utilizando el análisis documental y el registro en un diario de investigación como procedimientos de construcción de datos. Los referentes teóricos fueron Beltrán y Hernández (2012), Germano (1993) y Saviani (2008). Los resultados de la investigación indican que el énfasis estuvo en las reformas de la educación superior y de la educación primaria, especialmente en lo que se refiere a la desjerarquización de la escuela pública, el favorecimiento del sector privado, la formación profesional, la ruptura con la educación regional y popular (exilio de Paulo Freire), la inspiración en los principios de la productividad, entre otros. De esta forma, la vinculación de la educación pública a los intereses y necesidades del mercado; el favorecimiento de la privatización de la educación; la implantación de una estructura organizativa que se consolidó y aún está en plena vigencia; y la institucionalización de los estudios de postgrado son aspectos que se destacan en la educación durante la dictadura y dan una idea de lo que se hizo en la época del gobierno militar y cómo se hizo. Ello permite comprender muchas de las cuestiones a las que se ha enfrentado y sigue enfrentándose la educación contemporánea en Brasil y en todo el mundo.

Palabras clave: Educación brasileña; Reformas educativas; Gobierno militar; Dictadura; Enseñanza básica y superior.

Abstract: This article aims to reflect on Brazilian education relating to the period of the Military Government from 1964 to 1985. Thus, it presents a historical and sociological analysis of the time in which Brazil was governed by military presidents and the repercussions of this regime for basic education (primary education, secondary education, professionalizing education) and Brazilian higher education. To carry out this study, a bibliographical research of a qualitative nature was carried out, using procedures for data construction, document analysis and recording in a research diary. The discussions by Beltrán and Hernández (2012), Germano (1993) and Saviani (2008) were taken as a theoretical reference. The results of the investigation indicate that the emphasis was on reforms in higher education and primary education, mainly with regard to the disqualification of public schools, the favoring of the private sector, professionalizing education, the rupture with regional and popular education (exile of Paulo Freire), inspiration from the principles of productivity, among others. In this way, the linking of public education to the interests and needs of the market; favoring the privatization of education; the implementation of an organizational structure that has been consolidated and is in full force and the institutionalization of postgraduate studies are prominent aspects in education during the dictatorship period and allow for a notion of what was done during the time of the military government and the way how this reverberates today. It thus makes it possible to understand many problems that were and still are faced by contemporary education in Brazil and around the world.

Keywords: Brazilian education; Educational reforms; Military Government; Dictatorship; Basic and Higher Education.

1. LUTAS INICIAIS

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
(Geraldo Vandré)

Refletir acerca da educação concernente ao período histórico do Governo Militar de 1964 a 1985 no Brasil, época em que as liberdades foram cerceadas e que a visão conservadora predominava na sociedade, é algo fundamental e desafiador, além de absolutamente necessário ao contexto atual do Brasil e do mundo.

O presente artigo apresenta, assim, uma análise histórica e sociológica da época em que o Brasil foi governado por presidentes militares e a repercussão desse regime para a educação básica (ensinos primário, secundário e profissionalizante) e a educação superior brasileira.

Para a concretização do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, utilizando-se como procedimentos para a construção de dados, a análise documental e o registro em diário de pesquisa. Tomou-se como referencial teórico as discussões de Beltrán e Hernández (2012), Germano (1993) e Saviani (2008).

Tivesse sido o governo militar algo equivalente a quatro anos de gestão essa já seria uma importante reflexão, imagine então pensar que os militares estiveram à frente do país por 21 anos. Um intervalo de tempo expressivo e de múltiplas possibilidades. Desse modo,

para entender o contexto da Ditadura Militar é imprescindível que se faça uma retrospectiva de como se desencadeou o golpe do ano de 1964.

Para discorrermos sobre esse momento histórico apresentamos elementos dos contextos históricos mundial e brasileiro. Saviani (2008) destaca inicialmente o clima desenvolvimentista e de euforia que tomava conta do Brasil, ainda em 1960, maximizado pelo slogan de Juscelino Kubitschek dos “50 anos em 5”. O autor relata que o intento pelo alcance da meta de industrialização no país conseguiu manter por algum tempo grupos com interesses antagônicos de maneira harmoniosa - os empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização.

Contudo, tendo sido alcançado este objetivo, o país entra num momento de densa polarização entre os grupos empresariais e as mobilizações populares, por reformas de base. Sumariamente, com o apoio de algumas instituições como o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES) e em uma articulação com os militares os grupos socioeconômicos: “[...] a burguesia industrial e financeira, o capital mercantil, os latifundiários, intelectuais e tecnocratas” (Germano, 2011, p. 13) saíram vitoriosos desse embate que culminou com o golpe civil-militar, no mês de março de 1964. O referido contexto e, essencialmente, o governo militar trouxeram para a educação características que, segundo o autor, perduram até os dias de hoje, das quais ele destaca: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; favorecimento da privatização do ensino; implantação de uma estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência; institucionalização da pós-graduação.

Expressar a situação política e econômica da época, debater sobre as questões sociais do período e apresentar as regulamentações que regeram, definiram, controlaram e fiscalizaram o contexto educativo no momento histórico da ditadura é essencial para compreender como a educação se organizou, estruturou e regulamentou nesse período e em que bases conceituais ela se fundamentou.

Para tanto, devemos destacar que a ideologia técnico-profissionalizante para a formação de mão-de-obra da segunda guerra mundial, ainda, influenciou fortemente as leis educacionais brasileiras do Governo Militar. Também precisamos ressaltar que o momento histórico que antecedeu a ditadura militar no Brasil foi marcado por crises políticas, econômicas e sociais que culminaram na formação da união civil-militar que tirou João Goulart (presidente eleito) e tomou o poder. Esse período, anterior à ditadura, foi marcado por instabilidades e altas de inflação que provocaram muitas incertezas e preocupações na população tanto de ordem econômica quanto político-sociais. Toda essa instabilidade se perpetuou durante a ditadura e culminou em muita repressão e censura aos movimentos sociais e os cidadãos sofriam, pois não podiam se destacar, reunir nem organizar, pois poderiam ser vistos como lideranças e subversivos.

Durante o Governo Militar a sociedade foi fortemente reprimida e teve muitos de seus direitos cerceados. Um dos marcadores dessa realidade diz respeito à criação dos Atos Institucionais, decretos que possuíam poder de Constituição Federal e que visavam garantir legitimidade às ilegalidades e violências, fortalecendo, assim, o poder Executivo. Como nos afirma Germano (2011, p. 159): “foram os Atos institucionais que consolidaram a violência no Brasil!”.

Dezessete Atos Institucionais foram emitidos e, gradualmente, sufocaram o povo, impedindo ações que restringiram a organização e manifestação social. Os quatro primeiros AI foram emitidos de 9 de abril de 1964 a 1966 e tiveram como principais normativas: aprisionamento de cidadãos por meio de inquérito policial, expurgo do funcionalismo público, saneamento e despolitização social; caça aos direitos políticos por 10 anos, eleição presidencial e governamental indireta; nomeação de prefeituras; determinação de apenas dois partidos no Brasil (Movimento Democrático Brasileiro - MDB e Aliança Renovadora Nacional - ARENA).

Mas foi em 13 de dezembro de 1968, com a emissão do AI5 que foram inaugurados os anos de chumbo, devido à ampliação dos aparatos de perseguição, repressão e ações ilegais. Em vigor por 10 anos, até 13/10/1978, o AI5 trouxe como consequências: a cassação dos direitos políticos de centenas de pessoas, dentre eles – prisão, apreensão, morte, desaparecimento, tortura e desrespeito à dignidade humana. Além disso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o United States International for Development (USAID) firmaram parcerias que ficaram conhecidos como acordos MEC/USAID, esses acordos estabelecidos em território nacional brasileiro deram novos rumos à educação e foram marcados pelo autoritarismo e com bases tecnicistas, buscando e defendendo uma neutralidade científica, racionalidade, eficiência e produtividade, com um ensino voltado para uma mentalidade empresarial tecnocrata.

Algumas das leis e reformas do período foram: Decreto 58.130 de 31 de março de 1966, Constituição Federal (1967), Lei de Reforma Universitária (1968), Ato Institucional nº 5 (1968), Decreto nº 869/69, emenda constitucional de 1969, Decreto nº 68.065/71, Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 e Plano decenal (1967-1977). Essas reformas eram voltadas à transformação da educação convencional em educação tecnicista (Fonseca, 2022).

A concepção tecnicista de educação, o controle por parte do Estado, o aumento da profissionalização do ensino médio, a “cooperação” MEC-USAID, o “patrulhamento ideológico”, a situação e repressão às Universidades, na Educação Básica algumas disciplinas foram acrescidas (Educação Física, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil), outras retiradas da grade curricular (história e geografia) e compactadas na nova disciplina Estudos Sociais, para citarmos algumas das interferências que compuseram o currículo oficial da época.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E CAMPANHAS

A partir da obra “Estado militar e educação” do professor José Willington Germano (2011), destacamos como principais movimentos e campanhas vinculadas à educação brasileira no período da ditadura:

As associações de moradores (desde 1964): bairros que eram utilizados, por movimentos de esquerda, como espaços de apoio, organização e trabalho político.

O movimento operário/sindical: os operários começaram a se posicionar em 1968 contra as perdas que a classe havia sofrido (aumento no custo de vida, congelamento salarial, proibição de greves);

O *movimento estudantil*: período de expressivo engajamento dos estudantes secundaristas e universitários mobilizado pelos protestos estudantis em Paris, na França em maio de 1968; A *parade dos cem mil*: manifestação encabeçada por artistas e intelectuais no Estado Rio de Janeiro com o objetivo de demonstrar a insatisfação popular referente aos métodos usados pela ditadura militar para reprimir as pessoas que fossem contrárias às decisões do governo;

As *Comunidades Eclesiais de Base* - 1968; fundamentadas em ações religiosas comprometidas com as causas populares, as CEBs se originaram em um contexto de fechamento dos canais de participação política e ofereceram oportunidade para a população expressar seus pensamentos de indignação e revolta com a realidade repressora da época;

A *Lei de Anistia de 1979*: o projeto que originou a Lei da Anistia foi de autoria do então presidente João Baptista Figueiredo. O documento encaminhou direcionamentos para o fim da ditadura militar, uma vez que concedeu perdão a maior parte dos perseguidos políticos, os conhecidos como “subversivos”. Desse modo, exilados retornaram ao Brasil, muitos deixaram de viver na clandestinidade, réus tiveram os processos anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias;

A *reforma partidária para permitir o pluripartidarismo* e enfraquecer a oposição – 1979. O pluripartidarismo foi retomado no Brasil com a aprovação em definitivo da Lei Federal nº 6.767, de 20 dezembro de 1979, quando foi restabelecido o início do fim da ditadura militar;

O “*Diretas já*”: foi um movimento político de natureza popular que objetivou a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil. Teve início em maio de 1983 e perdurou até 1984, envolvendo milhões de pessoas em comícios e passeatas. A participação efetiva de partidos políticos, representantes da sociedade civil, artistas e intelectuais foi uma marca do movimento que só se efetivou em 1989.

Beltrán e Hernández (2012, p. 31), ressaltam que dentre as diversas correntes contemporâneas da Sociologia da Educação duas grandes teorias se evidenciam: a *teoria da reprodução*, que afirma o papel da instituição educativa como reprodutora das desigualdades sociais e a *teoria da resistência* que enfatiza a capacidade que a pessoa tem para resistir às pressões sociais e atuar de forma autônoma e criativa (reinterpretação de normas e valores, liberdade de expressão e posicionamento) em seu meio social. Nesse sentido, destacamos a importância dos movimentos sociais e campanhas, como iniciativas de resistência ao controle exercido pelo governo militar naquele período e fontes de inspiração e orgulho para futuros cidadãos e professores de nosso país.

3. EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Referente ao ensino primário, segundo nos aponta Germano (2011), durante o período de 1969 a 1971, a luta popular não era mais por reformas de base, dentre elas a de Saúde e Educação, mas a busca pela “transformação profunda da estrutura da sociedade brasileira”. Dessa forma, a Educação era considerada como segundo plano e foi socialmente vivenciada em dois momentos históricos divergentes: um predominante até metade da década de 60: marcado por grandes mobilizações sociais, pressões contra o acordo MEC-USAID, demandas pelo aumento de vagas nas instituições educativas e por verbas

escolares; um segundo momento, após 1971, posterior ao AI5 de 1968 com o abandono das bandeiras de luta, o desaparecimento das questões educacionais e culturais nos manifestos, programas e documentos políticos de esquerda.

Outro ponto de destaque no sentido da Educação Básica diz respeito ao Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL que começou a funcionar em 1970, visando a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos. O MOBRAL foi criado pelo governo federal e utilizado pela ditadura militar para “apagar” as contribuições de Paulo Freire à Educação naquele período histórico, uma vez que em início da década de 60, Paulo Freire passou a defender uma prática educativa libertadora, pautada na experiência conduzida por ele no Estado do Rio Grande do Norte conhecida como “As 40 horas de Angicos”. As reflexões e fazeres freireanos concebem a alfabetização como possibilidade de formação de consciências críticas, que por sua vez, permitem a participação popular ativa e conseqüentemente, a intervenção/transformação no/do mundo. Já o MOBRAL, programa introduzido pelos militares, possuía a percepção técnica e reducionista da alfabetização apenas como o ato mecânico de ler e escrever.

Ainda sobre a Educação Primária, Germano (2011) tece uma crítica importante ao enfatizar que a Constituição Federal de 1967 e a LDB 5692/71 apresentaram a extensão da escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos – dos 7 aos 14 anos de idade, todavia, as ações governamentais da ditadura realizaram uma prática de expandir sem qualificar, o que gerou uma série de problemas para o cenário educacional do período.

Em outras palavras, a realidade era de uma ampliação meramente quantitativa, visto que apesar do aumento aparente no número de alunos nas escolas (no ensino de 1º Grau houve expansão de 40% entre 1973 e 1985), houve uma diminuição da jornada escolar, um aumento de turnos no trabalho dos professores, poucos recursos financeiros investidos, prédios deteriorados, gastos insuficientes, aumento de professores leigos/ pouca formação docente^o (36% apenas com 1º Grau – em 1981 no nordeste), péssimos salários e condições de trabalho.

A manobra política emergente, portanto, era a evidenciada por Germano (2011) de “aparência de igualdade de oportunidades em um momento em que se aguçavam as desigualdades sociais” na intenção de “desmentir” e manter o mecanismo “intocável”. Ou seja, uma crise na escola pública – aumento na retenção e evasão na década de 1973 a 1983 na qual os excluídos do sistema educacional eram os pobres – pretos e pardos (mulatos, índios, mamelucos e cafuzos), mas que era velada por números que tentavam camuflar a real situação de disparidade social.

4. EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA, ENSINO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE

A educação secundária e o ensino profissional do Governo Militar, no período de 1964 a 1985, foi marcada por reformas educacionais e influências internacionais, principalmente as dos Estados Unidos da América (EUA). Essas interferências foram materializadas pelos documentos que ficaram conhecidos como: acordos MEC/USAID. Esses documentos marcaram o comprometimento da política educacional brasileira com o que era estabelecido pelos norte-americanos.

Os convênios firmados entre Brasil e EUA iniciaram em meados de 1945 e sua estruturação foi formalizada nos anos de 1950 e 1968, como descreve Gaio (2008). A “cooperação” entre os dois países foi de caráter técnico e financeiro, ocorreu nos setores da saúde, educação, agricultura, administração e assuntos gerais. Essa assistência técnica não proporcionava o desenvolvimento e, sim, o fortalecimento da dependência e controle. Na educação, podemos destacar que para a recepção dos empréstimos haviam imposições de condições, por exemplo: presença de uma equipe técnica do USAID na execução das políticas públicas.

Além disso, podemos destacar que a educação desse período se embasava na concepção tecnicista, como descreve Fonseca,

A educação tecnicista se encontrava encaixada nos ideais de racionalismo, objetivando organização e eficiência. O educador era considerado um técnico orientado por outros técnicos através de instruções técnicas e objetivas.

A adaptação do ensino à concepção taylorista, típica da mentalidade empresarial tecnocrata, exige, portanto, o planejamento e a organização racional do trabalho pedagógico além da operacionalização das objetividades desejadas. Quanto às reformas tecnicistas, houve a tentativa de aplicar, na área educacional, um sistema empresarial característico do capitalismo com finalidade de atender às exigências de uma sociedade industrializada e tecnológica (2022, pp. 20-21).

A formação deveria ser direta e eficaz com o objetivo de diplomar mão-de-obra para a indústria, essa mão-de-obra seria especializada e formada em curto espaço de tempo. A educação secundária voltou-se primordialmente para a profissionalização universal e compulsória (CUNHA, 2022). Como ressalta Fonseca (2022, p. 23) “a maioria das escolas estaduais, do pós-64, eram centros de formação profissional dos filhos da classe operária e trabalhavam na formação desses como instrumentos econômicos do país.”. Essa descrição marca o objetivo e a formação que o Governo propunha para os jovens, em uma relação direta com o mercado de trabalho e oferecendo uma formação rápida, específica, descontextualizada e voltada para o trabalho. Fonseca destaca que

[...] o relatório feito pelo MEC-USAID e os elaborados pela Comissão Meira Matos e o GTRU (Grupo de Trabalho de Reforma Universitária), apresentavam enfoques diferentes no que dizia respeito ao ensino de 1º e 2º graus. O relatório Meira Matos e o GTRU defendiam a reformulação do ensino médio em favor aos problemas que existiam na universidade, o relatório MEC-USAID tinha como fim integrar a universidade na vida econômica nacional, a fim de capacitá-la a atender a demanda de mão-de-obra [...] (2022, p. 23).

Esses documentos e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 constituíram o processo de integração dos níveis (primário e ginásial, secundário e técnico), a nomen-

clatura mudou e passou a se adotar ensino de 1º e 2º graus, nos quais o andamento sucessivo garantiu a passagem de uma série para outra, desde a educação primária até a educação secundária. Fonseca (2022, p. 25) ressalta que “pelo princípio da terminalidade, ao concluir cada um dos níveis, o educando deveria estar preparado para ingressar no mercado de trabalho como mão-de-obra, [...]”.

A LDB (1971) normatizou o ensino regular e supletivo e estabeleceu, inicialmente, que o 2º grau deveria ser profissionalizante. A Lei 7.044/82 propôs algumas alterações, porém, apenas na LDB 9.294/96 as mudanças estruturais foram efetivadas: o 2º grau passou a ter duração de 3 a 4 anos para a faixa etária dos 11 aos 14 anos; constituiu-se a fusão de todos os ramos do 2º ciclo ginásial (o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico); a ordenação do currículo passou a ser determinada por séries anuais de disciplinas, áreas de estudo ou atividades, de modo a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendessem às diferenças individuais dos alunos.

A educação secundária se estruturou de núcleo comum obrigatório, integrado pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião, além da abolição de algumas disciplinas escolares como a Sociologia, Filosofia e a Psicologia por necessidade de espaço nos currículos. O currículo passou a ser composto por duas partes: “[...] uma em educação generalista e outra de formação profissional, essa última deveria ser programada conforme a região, proporcionando sugestões de habilitações correspondentes a três áreas econômicas [...]” (Fonseca, 2022, p. 26).

Ocorreu uma polarização do ensino. Na rede pública, a classe operária era treinada para carreiras específicas, houve precarização e fragmentação do ensino e despolitização. Já na rede privada, a elite era preparada para o ingresso no ensino superior e recebia uma formação intelectual e geral.

No que se refere ao ensino profissionalizante, podemos destacar que os cursos profissionalizantes ganharam uma configuração e conotação de terminalidade dos estudos para a classe operária e se propunha a instrumentalizar, treinar e preparar para o mercado de trabalho. Estruturava-se conforme estabeleciam os artigos 23 e 26 da Lei nº 5.540/68:

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

[...] Art. 26. O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional. (Brasil, 1968).

A LDB de 1971 instrumentalizou o ensino profissionalizante como uma educação universal e compulsória, porém essa implementação sofreu muitas críticas e não houve adesão des-

sa normatização na rede privada. Como explicamos anteriormente, a Lei 7.044/82 propôs algumas mudanças que viabilizaram que a rede privada não ofertasse o ensino profissionalizante e que apenas a rede pública oferecesse cursos dessa natureza.

Quando à formação docente, ressaltamos o novo perfil para o professor da rede pública e a precariedade da carreira que a LDB de 1971 instituiu em seu artigo 29 ao definir que para o ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau o professor necessitaria apenas de habilitação específica em 2º grau e para o ensino de 5ª a 8ª séries do 1º grau e no 2º grau o professor deveria possuir habilitação em nível superior ou de graduação.

5. ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO E AS HERANÇAS DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Ao longo dos 21 anos de regime militar, no Brasil, é absolutamente necessário pensar até que ponto e de que maneira o referido regime interferiu na realidade educacional brasileira. Conforme discorre este trabalho, as concepções acerca da educação e a formação de toda uma geração foram atravessadas pelo que a ditadura militar impôs ao Brasil, deixando, inclusive, um legado ainda presente nos dias hodiernos.

Para Saviani (2008) o referido legado é perpetrado por meio de diversos aspectos, dentre eles, o fato de a educação pública estar vinculada aos interesses e necessidades mercantis parece-nos o cerne de boa parte das problemáticas educacionais do período da ditadura militar no Brasil reverberando até os dias de hoje:

Esse legado do regime militar consubstanciou-se na institucionalização da visão produtivista de educação. Esta resistiu às críticas de que foi alvo nos anos de 1980 e mantém-se como hegemônica, tendo orientado a elaboração da nova LDB, promulgada em 1996, e o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001 (Saviani, 2008, p. 298).

A visão produtivista, a que se refere o autor, teve sua gênese num Simpósio organizado pelo IPES em 1964 e, mais tarde, foi endossada no fórum “A educação que nos convém”, ocorrido no ano de 1968, onde ficaram explícitas a visão pedagógica e os anseios militares para com a educação. Dentro de uma concepção pedagógica estritamente relacionada aos elementos que são encontrados na “teoria do capital humano”, a educação era vista como uma via de formação de recursos humanos que deveriam atender as necessidades de desenvolvimento econômico em acordo com a ordem capitalista. A partir dessa perspectiva foram sendo incorporados à legislação educacional da época os princípios da ‘racionalidade, eficiência e produtividade’, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’ (Saviani, 2008, p. 297).

Nesse sentido, notar-se-á que a despeito da educação superior brasileira não foi diferente. As reformas educacionais no referido nível de ensino pautaram-se, essencialmente, na visão produtivista supracitada, sob os argumentos de atendimento às necessidades mercantis de mão de obra, bem como a redução de custos e maximização da eficiência, conforme será explanado a seguir.

6. A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A EDUCAÇÃO COMO UM PRODUTO

Em novembro de 1968 foi aprovada no Brasil a Lei da Reforma Universitária – lei nº 5.540. Segundo Saviani (2008), a referida lei de reforma universitária e o ensino profissionalizante compulsório – aprovado em seguida, no ano de 1971 ascenderam uma concepção de educação que o próprio autor classifica como produtivista.

Nos cursos de segundo grau essa profissionalização compulsória retratava o intento de uma formação para atender estritamente às demandas de mercado e o aumento da produção, havendo pouca preocupação com o aspecto humano ou crítico da formação. Já nas universidades, a reforma universitária foi atravessada pelas concepções de racionalidade, eficiência e produtividade – algo muito semelhante aos processos de racionalização do trabalho desenvolvidos por Frederick Taylor, por exemplo. De acordo com Saviani (2008) a aplicação dessas concepções organizacionais ao ensino superior piorara a qualidade da educação devido a fatores como: a eliminação de turmas/classes dos cursos, já que após a reforma são adotados o regime de créditos, a matrícula por disciplina, fatos inseridos no que o autor denomina de “departamentalização”.

Em suma: por meio da departamentalização e da matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, generalizou-se no ensino superior a sistemática do curso parcelado, transpondo para a universidade o parcelamento do trabalho introduzido nas empresas pelo taylorismo. Perpetrou-se, no ensino, a separação entre meios e objetivos; entre conteúdos curriculares e sua finalidade educativa; entre as formas de transmissão do saber e as formas de produção e sistematização do saber; entre o pedagógico e o científico (Saviani, 2008, p. 304).

Nota-se, portanto, como esta reforma trazida pelo governo militar parte de um pressuposto empresarial e se estabelece dentro de uma lógica de racionalidade, eficiência e produtividade. A repartição das disciplinas, a redução de custos com professores lecionando disciplinas “genéricas” a várias turmas distintas, o sistema de créditos, são alguns dos elementos que permite-nos aventar que o ensino no referido período histórico se preocupava estritamente com a formação para o desenvolvimento econômico, dentro do que preconiza o sistema capitalista, sem muita relevância ao aspecto qualitativo ou a formação crítica e cidadã.

Acrescido a esse cenário, salientamos que a substituição do período letivo anual pelo semestral, junto a departamentalização dificulta, ainda, o trabalho do professor, sua relação com os discentes e, portanto, o melhor conhecimento das dificuldades/especificidades destes. Conforme enunciado em Saviani:

Em suma, a estrutura universitária que nos foi legada pelo regime militar acarreta consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à

matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação (2008, p. 307).

Constata-se, nesse contexto, o quanto do modelo universitário daquele período encontra-se imbricado no ensino superior contemporaneamente. Fato que ilustra bem esta afirmação é também o modelo de pós-graduação implantando no Brasil, já em dezembro de 1965, por meio do parecer 977. Segundo Saviani:

O modelo de pós-graduação adotado no Brasil seguiu deliberadamente a experiência dos Estados Unidos, como se pode observar no texto do Parecer. (...) Foi com base nessa experiência que se definiu a estrutura organizacional da nossa pós-graduação stricto sensu, centrada em dois níveis hierarquizados, o mestrado e o doutorado (Saviani, 2008, p. 308 grifos do autor).

Contudo, segundo o mesmo autor, embora o modelo americano tenha influenciado diretamente o modo como foi organizada a pós-graduação, a sua implantação é bastante inspirada no modelo europeu, que esperava, de modo geral, certo grau de autonomia e maturidade intelectual dos seus estudantes. Desse modo, a pós-graduação brasileira revela-se bastante rica, ainda que “acidentalmente”, já que

[...] promoveu a fusão entre uma estrutura organizacional bastante articulada, derivada da influência americana, e o empenho em garantir um grau satisfatório de densidade teórica, decorrente da influência europeia (Saviani, 2008, p. 310).

Entende-se, portanto, que ainda num cenário de repressões das mais diversas ordens, a institucionalização da pós-graduação foi pensada no ideário de um “Brasil grande” e repressivo, mas, representou em certa medida a ascensão de uma atmosfera crítica, conforme enuncia Saviani (2008), alimentou a emergência de propostas pedagógicas contra-hegemônicas tendo sido, desse modo, pensada para alcançar um ideal, mas, atendendo significativamente a outro. Para além dos anos de chumbo, enfatiza-se ainda que, guardadas as devidas proporções, assim como o ensino superior, a pós-graduação contemporânea carrega muito da estrutura e da densidade teórica que estiveram no cerne de sua implantação no Brasil, ademais, tanto a (re)organização da educação superior, como a inserção da pós-graduação são legados do governo militar e que deixaram suas marcas na educação brasileira, conforme será apresentado em seguida.

7. O LEGADO DO GOVERNO MILITAR PARA A EDUCAÇÃO

Embora muito tenha se criticado à época e mesmo hoje, a visão produtivista de educação foi amplamente institucionalizada e mantém-se presente na elaboração de vários documentos oficiais atuais, quais sejam: a LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2001 e na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018.

Podemos destacar também que a lei da reforma universitária se apresenta como algo absolutamente relevante. Não porque tenha sido essencialmente benéfica, mas, por sua interferência direta no modo como o ensino superior se organiza, inclusive, até os dias atuais.

A ditadura militar foi um movimento de caráter elitista que ampliou a divisão social e que, mesmo até o ano de 2022 foi notória a vinculação (ou a tentativa) da educação pública aos anseios econômicos – reflexão e problematização recorrente a um dos mais recentes modelos curriculares que temos no país hoje: a BNCC – e o avanço cada vez mais significativo das instituições privadas, bem como, sua influência e lobby nas discussões acerca da educação. Além disso, outro ponto fulcral nas discussões trazidas por Saviani (2008) é a influência externa sobre a estruturação do ensino no Brasil, caso ocorrido no governo militar via acordo MEC-USAID. A tais influências cabe atribuir, em muitas situações, o não acolhimento das realidades e necessidades locais em detrimento da adoção de modelos educacionais que atendam, essencialmente, às exigências da instituição “parceira”, as influências e interferências externas que se perpetuam até os dias atuais.

Durante a ditadura militar a estrutura do ensino básico foi alterada e essa mudança se manteve por muito tempo, alguns aspectos marcam atualmente a educação, tais quais: a concepção utilitarista de educação, as influências e interferências internacionais, a concepção de educação voltada para o mercado de trabalho, de escola-empresa, de privatização educacional e de desqualificação e precarização do ensino público.

Nesse sentido, empreender um diálogo com expoentes da Sociologia da Educação como Beltrán e Hernández (2012), foram cruciais para compreender que do mesmo modo que os regimes totalitários impostos pela ditadura militar exerciam controle sobre o contexto social, executavam, também, a função de doutrinação da educação nas instituições escolares e de ensino profissionalizante e superior.

Em suma, herdou-se do período militar um avanço incontestável da iniciativa privada sobre a educação pública, além de uma visão produtivista da educação, elemento questionado e refutado constantemente, mas que segue presente, ainda que nas entrelinhas, de nossos principais documentos educacionais. Do mesmo modo, há que se pensar a influência de instituições estrangeiras sobre os ditames nacionais para a educação e, sobretudo, entender o quão difícil é (re)pensar esse modelo educacional quando estamos diante de uma sociedade que, mais do que nunca, sobrepõe os interesses econômicos ao próprio desenvolvimento humano e social.

É relevante salientar, ainda, que a valorização e a institucionalização da pós-graduação, no Brasil, se deu durante o governo militar, sob a égide da modernização da sociedade e a ideia de que este era um governo que apoiava o desenvolvimento científico e a construção

de um “Brasil forte”. Nesse cenário, a estrutura de ensino e os moldes de orientação e produção dos anos de chumbo assemelham-se significativamente ao modelo que está presente, ainda hoje, nos programas de pós-graduação brasileiros.

Mais uma vez, fazemos empréstimos às reflexões de Beltrán e Hernández (2012) e acrescentamos Freire (2001) quando afirmam a urgência sobre a necessidade de conscientização sobre a realidade histórico-social-cultural que se apresenta à uma comunidade educativa, no sentido dos sujeitos educativos (professores, alunos, famílias) enxergarem as relações de poder que se estabelecem e poderem lutar em prol de uma educação popular, democrática, humanizadora, posto que,

Ser conscientes de la realidad social que rodea el mundo de la educación, de las amenazas existentes, así como de las potencialidades aún no desarrolladas, es la base de una actitud consciente y responsable ante el reto que supone la transmisión de la cultura (Beltrán e Hernández, 2012, pp. 42-43).

8. LUTAS FINAIS

As leituras e a escrita desse texto contribuíram significativamente para a construção do conhecimento a respeito do período do Governo Militar (1964-1985) e, principalmente, a sua relação com o campo da educação e com as reformas educacionais realizadas nesse momento da nossa história. Uma vez que traçamos um panorama que ressalta as relevantes marcas deixadas, até hoje, no modo como as decisões administradas foram tomadas, como as práticas educativas foram desenvolvidas nesse processo e o legado que, por fim, foi deixado.

A ênfase esteve nas reformas do ensino superior e da educação primária, principalmente no que se refere à desqualificação da escola pública, ao favorecimento do setor privado, ao ensino profissionalizante, ao rompimento com a educação regional e popular (exílio de Paulo Freire), à inspiração nos princípios da produtividade, dentre outros.

O debate sobre o tema é relevante, visto que apresenta informações sobre o período, a educação, as leis e regulamentações, as medidas adotadas pelo Estado para educação, bem como algumas das consequências desse período e das ações para a sociedade e educação. Além da situação política, econômica, social e educacional do momento histórico e as mudanças, leis e regulamentações que definiram a educação e o cenário educacional do Brasil. Como, também, as consequências desse momento histórico e das decisões governamentais e as interferências que o currículo oficial sofreu durante a ditadura militar.

A vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; o favorecimento da privatização do ensino; a implantação de uma estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência e a institucionalização da pós-graduação são aspectos de destaque nesse período e, sem dúvidas, nos permitem uma noção a respeito do que foi feito à época do governo militar e a forma como isso reverberou hodiernamente. Nos possibilita, assim, a compreensão de muitas questões que foram e ainda são enfrentadas pela educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Atcon, R. P. (1966). *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. MEC.
- Brasil. (2022). *Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm.
- Beltrán, J. e Hernández, F. J. *Sociología de la educación*. McGraw-Hill, 2012.
- Cunha, L. A. (2022). O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, 35 (127), 357-377, abr.-jun. 2014. Recuperado de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Fonseca, B. T. da. (2022). *Reflexões acerca da educação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985): o desenvolvimento da história da educação brasileira durante o período da ditadura militar*. Recuperado de <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios* / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez.
- Gaio, D. M. (2008). *A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID*. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília.
- Germano, J. W. (1993). *Estado Militar e Educação no Brasil 1964- 1985*, 2 ed. Cortez Editores.
- Machado, O. L. (2006). *O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil*. *Revista eletrônica Cadernos de História*, 1 (2), 1-21.
- Maciel, M., Colling, J., Martins J., Luiz; P., Robson, O. (2022). *Políticas educacionais na ditadura militar brasileira: entre o giz e o chumbo*. Artigo publicado na Universidade do Extremo Sul Catarinense: Periódicos UNESCO. 30 de novembro de 2016. Recuperado de https://core.ac.uk/display/236395956?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1.
- Paiva, V. (2013). MOBREAL: um desacerto autoritário. Síntese: *Revista de Filosofia*, 8 (23).
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar. In: *Cad. Cedes*, 28 (76). Campinas-SP: UNICAMP.